



REPS - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Estudos Decoloniais

Sinop, v. 13, n. 3 (34. ed.), p. 720-741, ago./dez. 2022

ISSN 2236-3165

<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps>

DOI: 10.30681/2236-3165

O SUJEITO SURDO E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UMBANDA E NO CANDOMBLÉ¹

THE DEAF SUBJECT AND THE INCLUSIVE PRACTICES IN UMBANDA AND CANDOMBLÉ

Flávio Penteado de Souza¹

RESUMO

Este artigo é fruto da disciplina de Antropologia da Religião do Mestrado de Antropologia Social da UFMS. O estudo tem como finalidade apresentar um panorama sobre a acessibilidade linguística e as relações religiosas nas religiões de matriz africana no Brasil, a partir do olhar dos sujeitos surdos e tradutores intérpretes de Libras. A questão central é trazer a discussão como ocorre e se ocorre a acessibilidade e inclusão as pessoas surdas nas práticas religiosas de candomblé e umbanda, para isso, utilizamos a abordagem qualitativa, e por meio de formulários do *google forms* questionamos 11 sujeitos, 4 surdos e 6 ouvintes. A pesquisa foi realizada no ano de 2020 de forma remota devida à pandemia do COVID-19 e os sujeitos participantes da pesquisa residem na Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Podemos observar que a cosmovisão e as práticas religiosas se relacionam em diversos estados e os processos inclusivos nem sempre são os mesmos e somente ter alguém que saiba a língua dos sujeitos (o intérprete de Libras), nem sempre isso significa que a inclusão de fato ocorre.

Palavras-chave: Antropologia da Religião. Acessibilidade Linguística. Sujeito Surdo. Pesquisa Qualitativa. Teoria Antropológica.

ABSTRACT

This article is the result of the subject Anthropology of Religion in the Master of Social Anthropology at UFMS. The study aims to present an overview of the linguistic accessibility and religious relations in religions of African matrix in Brazil, from the perspective of deaf subjects and interpreters translators of Libras. The central issue is to bring to discussion how and if the accessibility and inclusion of deaf people in religious practices of candomblé and umbanda occurs, for this, we used the qualitative approach, and through google forms we questioned 11 subjects, 4 deaf and 6 listeners. The research was carried out in the year 2020 remotely due to the pandemic of COVID-19 and the subjects participating in the research reside in Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro and the Federal District. We can observe that worldview and religious practices are related in

¹ Este artigo é fruto do trabalho da disciplina de antropologia da religião do mestrado de antropologia social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

several states and the inclusive processes are not always the same and just having someone who knows the language of the subjects (the Libras interpreter), does not always mean that inclusion actually occurs.

Keywords: Anthropology of Religion. Linguistic Accessibility. Deaf Subject. Qualitative Research. Anthropological Theory.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o censo de 2010, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem cerca de 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva e/ou surdos. O reconhecimento jurídico da Libras, traz consigo mudanças significativas no cenário religioso para as comunidades Surdas espalhadas em todo Brasil, pois permite ao Surdo o direito de poder expressar o fato religioso, ter experiências com o transcendente em sua língua natural e, também, inferir performances em espaços religiosos a partir do uso dela (VIEIRA, 2018, p. 22).

Diante disso, pretendemos com este estudo apresentar um panorama atitudinal do sujeito surdo nas manifestações religiosas das religiões de matriz africana, para isso foram entrevistados por meio de formulário *online* 11 sujeitos, sendo estes, 4 surdos e 6 ouvintes² - Tradutores e Intérpretes de LIBRAS (doravante TILS). Os participam da pesquisa residem em diversos estados, desde a Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Segundo Sasaki, (2002, p. 9) “surdo é o nome dado à impossibilidade e/ou dificuldade de ouvir, que podem ocorrer antes, durante ou depois do nascimento, podendo ter como causa vários fatores”. Estes se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais (doravante LIBRAS), sendo está uma modalidade gesto-visual.

Compreendesse como LIBRAS a forma de se comunicar e expressar do sujeito surdo, sendo está língua constituída por um sistema de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituída e difundida pelas comunidades surdas do país (GESSER, 2009).

O estudo é dividido em duas partes: 1) apresentamos o que são as religiões de matriz africana e a relação dos sujeitos surdos nas práticas de Candomblé e

² Nome dado a quem se comunica através da língua oral, que não é surdo.

Umbanda, através de estudos bibliográficos. 2) trazemos para a discussão a análise dos dados coletados com os participantes da pesquisa, a partir dos questionários e os relacionamos ao aporte teórico do estudo.

Este estudo é de abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico autores como: Cruz (2018), Gesser (2009), Quadros (1997), Vieira (2018), Prandi (1998), Ferretti (2007), Dias (2017), entre outros.

2 SURDEZ E RELIGIÃO

A religião ainda é uma grande incógnita para os Surdos. Mesmo nas que estes recebem certa atenção, ainda assim são muitas performances e que na maioria das vezes, o Surdo não as compreende. A mudança é necessária, a atitude de indiferença vista em vários momentos da trajetória de Surdos na religião demonstra o quanto esta população ainda é estigmatizada.³

2.1 As religiões de matriz africana no Brasil

As religiões de origem africana (Matriz Africana) foram constituídas no Brasil a partir da chegada dos navios negreiros trazendo os povos africanos escravizados durante a diáspora africana, período marcado com diversos embates, sofrimento e dor. A história da cultura dos povos oriundos da África transplantados para o Brasil propõe, após si, a anteposição de níveis culturais diferentes, pois diversas eram as origens sociais dos escravos e a linguagem por eles usada tanto no cotidiano quanto na língua cerimonial, nos casos de transe religiosos. No Brasil, a colonização tem impacto social político e ideológico até os dias atuais (CASTRO, 2001).

A religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo (DURKHEIM, 1983. p. 21).

As religiões de Matriz africana fazem parte da história e cultura dos povos escravizados que vieram ao Brasil traficados, elas carregam a ancestralidade e

³ RODRIGUES CAMPOS, 2016, p. 119.

identidade de um povo forte e guerreiro que em meio a tantas dificuldades e quase 400 anos de sofrimento conseguiram perpetuar a sua cultura e história, história essa que também é parte da identidade brasileira. Laraia (2006, p. 25) indica que a cultura “[...] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Para o negro que foi retirado de sua terra natal, “o mundo invisível e espiritual era tão real e concreto quanto o material”. Suas expressões e manifestações culturais “eram variações do tema fundamental de sua religião”. Os negros carregavam uma perspectiva diferente das religiões, “uma cosmovisão que era mais do que uma representação do mundo”. Isso representava mais do que espiritualmente as suas crenças e costumes era um saber (PRANDI, 1999, p.96).

Toda religião fornece uma explicação a respeito das realidades observadas e de realidades não observáveis (em cuja existência o povo crê) e orienta o comportamento de seus membros, definindo o que é certo, o que é errado, a finalidade do homem, etc. Algumas religiões mais universalistas são apresentadas como as únicas verdadeiras, e seus sacerdotes costumam exigir dos fiéis o abandono de crenças e práticas de outras religiões (como quase sempre ocorre com as religiões cristãs). Outras são mais voltadas para uma determinada população, menos dadas ao proselitismo e não exigem de seus adeptos o afastamento de outras religiões e/ou o abandono de crenças e práticas religiosas vividas fora delas (como ocorre geralmente com as religiões afro-brasileiras) (FERRETTI, 2007, p.02).

As religiões de matriz africana como o Candomblé e Umbanda não eram reconhecidas como práticas religiosas, portanto esse período foi marcado por uma tentativa de catequização e apagamento dos costumes e crenças dos povos negros, que incluíam o silenciamento, a destruição de terreiros e até mesmo a violência física, que muitas vezes, culminavam na morte dos praticantes.

Nas últimas décadas foram criadas diversas políticas de reparação, com o intuito de diminuir a desigualdade social enfrentada pela maioria da população negra no país e erradicar o racismo. Junto à estas políticas, surgiram Leis que garantem o direito as manifestações religiosas de matriz africanas e penaliza os atos racistas e intolerantes contra seus adeptos.

Apesar dos avanços sociais e constitucionais, o preconceito contra as religiões de matriz africana, em território brasileiro, ainda é grande. Quando as literaturas começaram a publicar sobre o continente africano, passou-se a

conhecer a África, exclusivamente como produtora de escravizados não dando a devida atenção e reconhecimento a suas religiões e culturas (CRUZ, 2018, p. 26).

Dentro da cultura africana a tradição é “muito valorizada e tanto ela como as obrigações para com as entidades espirituais não podem ser abandonadas”. Por isso, aqui no Brasil “muitos negros (afrodescendentes) que ascenderam socialmente ou que se converteram a outra religião continuam ligados à religião de matriz africana de seus antepassados”, isso ajuda perpetuar a tradição ao “culto a entidades espirituais afro-brasileiras (às vezes assumindo as despesas de um filho-de-santo que pertence à entidade espiritual a quem foram oferecidos ou por quem foram escolhidos)” ou praticado em diversos outros locais, como “praticando em casa, secretamente, ritos ensinados por seus antepassados” (FERRETTI, 2007, p. 04).

Sobre as influências das religiões na formação do povo e sociedade e ao mesmo tempo se modifica com as imposições sociais, ideológicas e políticas, Ferretti (2007, p. 06), comenta que:

A religião, de alguma forma, reflete a sociedade, reproduz a sua estrutura, se modifica quando ela sofre grandes alterações, mas exerce também grande influência sobre a sociedade. Quando um território é habitado por populações de origens diversas ou quando uma população entra em contato com outra de cultura diferente, as mudanças culturais são previsíveis e atingem também a esfera religiosa. Nessas situações costuma ocorrer “sincretismos” entre religiões e surgimento de novas religiões. E, se as relações entre os povos em contato são desiguais, como as ocorridas no sistema colonial e nas sociedades escravocratas, a religião do grupo dominante tende a ser imposta aos demais ou a se tornar hegemônica. Embora a religião costume valorizar a tradição, como as populações humanas nunca são completamente isoladas e suas sociedades nunca são estáticas, ela apresenta alterações ao longo do tempo, incorporando elementos de outros sistemas culturais ou ajustando-se a mudanças sociais.

No Brasil as religiões de matriz africana sofrem muito com o preconceito e intolerância religiosa, existem muitas barreiras a serem rompidas e compreensões a serem desmistificadas. Conforme afirma Ferretti (2007, p. 15) as religiões de matriz africana continuam a ser vistas com desconfiança por grande parte da população e consideradas inferiores ao catolicismo, ao protestantismo, ao judaísmo, ao budismo e outras. Existe uma falsa “liberdade religiosa” no Brasil, onde qualquer um que seja de religião cristã pode professar sua fé, mas quando um terreiro é criado, o canto e danças se iniciam, ali nasce ao mesmo tempo o preconceito. “As religiões de matriz

africana estão longe de serem valorizadas e respeitadas como o catolicismo, que já foi a religião oficial, e o protestantismo que foi implantado aqui há muito tempo”.

2.2 O sujeito surdo e as manifestações religiosas

2.2.1 O Surdo e Identidade Surda

Primeiramente devemos definir quem é o sujeito surdo e quais as suas especificidades. Conforme Cruz, Ferreira e Vilela (2016, p. 07):

O surdo é aquele que se identifica como pessoa surda por compreender o mundo a partir de experiências visuais. A pessoa surda utiliza a Língua de Sinais para se comunicar e a Língua Portuguesa como segunda língua, prioritariamente, na modalidade escrita.

O surdo se comunica através da LIBRAS, sua língua que carrega toda uma história marcada por lutas e métodos de ensino inadequados até de chegar em 2002 com a implantação da “Lei de LIBRAS”. A Lei da LIBRAS (Lei nº 10.436/02) foi uma das mais importantes conquistas da comunidade surda brasileira, pois reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão dos surdos do país:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Devemos partir da ideia de que ocorreu um processo de mobilização e participação ativa dos surdos, sendo esse movimento social essencial para a então assinatura da lei, conforme afirma Quadros (2006, p. 141):

Os movimentos sociais alavancados pelos surdos estabeleceram como uma de suas prioridades o reconhecimento da língua de sinais [...]. Foram várias as estratégias adotadas para tornar pública a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Entre elas, citamos os projetos de lei encaminhados em diferentes instâncias governamentais [...]. Instaurou-se em várias unidades da Federação a discussão sobre a “língua de sinais dos surdos”, determinando o reconhecimento, por meio da legislação, dessa língua como meio de comunicação legítimo dos surdos. Esse movimento foi bastante eficiente, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua

de sinais brasileira, culminando na lei federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país.

A priori, a Lei da LIBRAS contribuiu para o fortalecimento do caráter linguístico dessa língua, uma vez que ela “possui uma estrutura gramatical própria com todos os elementos constitutivos da estrutura gramatical presente nas demais línguas orais”. Têm-se níveis linguísticos que também fazem parte da língua de sinais que são: a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática (GÓES e CAMPOS, 2014, p. 65).

Mesmo com a aprovação de algumas leis que incubem sentidos de inclusão e acessibilidade para as pessoas surdas, de caráter linguístico e atitudinal, percebe-se que em muitos âmbitos/espacos não temos um profundo engajamento de incluir esses sujeitos, onde os mesmos não frequentam ou evitam de participar por exemplo de igrejas, templos, lojas entre outros por não terem com quem se comunicar ou quem os compreenda.

O surdo possui uma identidade diferente das pessoas ouvintes, ele tem seu modo de ser, sentir e se comunicar constituído a partir de sua cultura.

[...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez. De inclusão entre os deficientes, de menos valia social (PERLIN, 2004, p.78).

Neste estudo procuramos nos referir ao surdo como um produtor de conhecimentos, saberes e cultura, diante disso, Karin Strobel (2016, p. 29), nos relata que “Cultura surda é o jeito de um sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo” para que assim torne este mundo um lugar habitável a ele, “ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”. Podemos compreender que a cultura surda abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

2.2.2 O Surdo e a Religião

No cenário brasileiro a partir dos anos 80 que deu início a atuação do intérprete de LIBRAS dentro das igrejas, “promovendo a facilitação da comunicação entre a pessoa surda e o sagrado. Foi justamente em espaços religiosos que se deu início à atuação do profissional intérprete LIBRAS” (CRUZ, 2018, p. 24).

Para iniciarmos é de suma importância aqui destacar que somente a partir do ano de 2016 no Instituto de Educação e Cultura do Pará (IEPA), com a criação do grupo de estudos surdos e interfaces (GESI) que começaram a se difundir as pesquisas e estudos em torno da surdez e religião, estudos pautados desde questões de criação de sinais, interpretação e a participação dos surdos nas manifestações religiosas. Se tornando este o primeiro núcleo de estudos voltado especificamente para o surdo e a religião. Este grupo conta com a participação de, conforme aponta, Vieira (2018, p. 45):

O GESI tem contribuído com pesquisas sobre o fenômeno religioso para Surdos, analisando esses sujeitos inseridos nas diversas cosmovisões com perspectivas inclusivas existentes no centro urbano da região metropolitana de Belém, em especial a religião Tambor de Mina, o Espiritismo, além das outras instituições religiosas de diversas correntes do cristianismo.

O autor ainda aponta um dos principais trabalhos que venham a discutir as questões mais especificamente voltadas para a produção de trabalhos acadêmicos sobre religiões de matriz africana.

Como frutos acadêmico-científicos deste grupo surgiram algumas pesquisas. O primeiro artigo assinado por Diego Jonatas Carvalho Dias & Silvio Santiago-Vieira intitulado *Corpo Surdo Também recebe Orixá: um estudo de caso*⁷², onde os autores desenvolvem uma análise da religião afro-brasileira Tambor de Mina e do processo de agregação, comunicação e o transe/possessão do médium Surdo no cenário do Terreiro Casa Grande de Mina JêjeNagô de Toy Lissá e Abê Manja Huevy. A pesquisa aponta que o processo de inclusão de Surdos nas religiões afro-brasileiras não é algo ordinário pela grande maioria das casas de culto, ressaltando que não é dos tempos hodiernos a inclusão social de pessoas com deficiência na religião, contudo, essa questão ainda é pouco desvendada, principalmente quando se trata da cultura religiosa afro-brasileira, incluindo o Surdo nesse contexto. Os autores buscaram compreender o fenômeno do transe no indivíduo pesquisado tendo concluído que o símbolo do transe pode ser visto como algo que integra o Surdo e lhe confere uma condição de destaque no rito e no ambiente do terreiro (VIEIRA, 2018, p. 46).

Sendo assim, podemos concluir que a última década trouxe uma crescente exploração nas pesquisas que abordam a comunidade surda e as manifestações religiosas, das mais diferentes denominações, ritos e rituais. Mostrando assim, a relevância da busca por compreender as relações exercidas tanto pela língua dos sujeitos praticantes das religiões e as suas interações em meio com a cosmologia e o espírito. Todavia, o sujeito surdo deve sempre ser abordado enquanto “indivíduo com particularidades étnico-linguísticas”, (CARVALHO; VIERIA, 2017, p. 28).

A participação/inclusão de sujeitos surdos nas manifestações religiosas oriundas de matriz africana “não é algo ordinário pela grande maioria das casas de culto”. É notório que a inclusão e acessibilidade nos espaços religiosos é algo relativamente novo, se considerarmos todo o processo de exclusão que as pessoas com deficiência sofreram desde a antiga Grécia.

Por muito e muitos anos, os surdos eram vistos como serem anormais, prepotentes e incapazes. Na idade antiga, os Gregos viam os surdos como animais, pois, para eles, o pensamento se manifestava conforme a capacidade da fala. Assim, a pessoa surda não possuía direito a nada, nem mesmo a ensinamentos. Silva, ainda nos refere que para a Igreja católica, as pessoas surdas eram vistas sem salvação, que para essas pessoas não existiria o reino de Deus. Assim, podemos dizer que a situação da pessoa surda era a mais miserável (CRUZ, 2018, p. 21).

Nesse mesmo sentido, os estudos de Vieira e Dias (2017) e Assis Silva (2012), apontam que “a inclusão de Surdos nos espaços religiosos está associada às vertentes cristãs, dentre elas: catolicismo, protestantismo histórico (batistas e luteranos) e pentecostais”.

Esse ramo de estudos ainda carece ser mais explorado, algumas áreas, como: Antropologia, ciências sociais, sociologia, vem se destacando quando o assunto é a cultura religiosa afro-brasileira, tendo como foco a inclusão do surdo nesse contexto.

Podemos observar que, tivemos um avanço quando tomamos como recorte o cenário da produção científica, em que todas as mais diversas áreas do conhecimento têm buscado desenvolver pesquisas das mais diversas vertentes. “No ponto de vista das Ciências da Religião, o fenômeno religioso tornou-se objeto de pesquisa para se compreender as várias manifestações do sagrado e como este se relaciona com a sociedade” (JUNIOR; VIEIRA; RIBEIRO, 2018, p. 100).

O ser humano sempre teve a necessidade de explicar todos os fenômenos naturais e compreende-los, neste mesmo sentido, “queriam entender os acontecimentos como o nascimento e a morte. Esta necessidade de explicação gerou a busca por um mundo metafísico, ou seja: aquilo que não se pode ver” (CRUZ, 2019, p. 20).

Cruz (2018, p. 22) ainda salienta que as religiões são manifestações inerentes a cultura humana, elas se constituem como “conjunto de sistemas culturais e crenças que possuem conteúdos metafísicos, buscando relacionar a Humanidade com o mundo espiritual”.

Os sujeitos surdos também têm os mesmos direitos de professar a sua religião, ter acesso a sua espiritualidade, sua religiosidade, mas serem respeitados e incluídos, tendo suporte linguístico, através da tradução e interpretação as línguas de sinais.

3 CAMINHOS DA PESQUISA: ANÁLISE DE DADOS

3.1 Definindo os sujeitos: abordagem metodológica

Neste estudo propomos apontar alguns aspectos referentes a inclusão e acessibilidade para os sujeitos surdos praticantes de religiões de matriz africana, mais especificamente de Candomblé e Umbanda.

Diante disso, devido o atual cenário causado pela pandemia da COVID-19, propomos a partir de questionário configurados na plataforma do *google forms* estabelecer um contato com os participantes, sendo estes: sujeitos surdos e ouvintes.

Este estudo é de abordagem de cunho qualitativa, definida por oferece melhores condições para o pesquisador estar em contato direto com seu objeto de pesquisa, realizando entrevistas por intermédio de questionários e pesquisa de campo, tendo maior veracidade em seus resultados. Minayo (1994, p. 21) nos relata que trabalhamos com um universo de significados “motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”, estes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem qualitativa ressalta “a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23).

Foi criado um banco de questões (11 perguntas), com a finalidade de compreender a concepção dos participantes em torno da temática. As questões variam entre, 1) abertas que necessitam os participantes apontarem suas reflexões sobre os questionamentos, sem limite de quantidade de palavras, e 2) múltipla escolha, que precisavam ser escolhidas as opções mais adequadas. Acerca desse método de coleta de dados, Mattos (2011, p. 53) destaca que:

Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador.

O formulário de pesquisa foi disponibilizado no grupo de WhatsApp do grupo de pesquisa “África em Mãos” da Universidade Federal da Bahia, onde conta com a participação de estudantes da graduação e pós graduação que desenvolvem pesquisas voltadas para as temáticas da surdez e religiosidade no Brasil.

Participaram da pesquisa 10 sujeitos, sendo estes 4 surdos, 6 ouvintes – intérpretes de LIBRAS, praticantes ou não de religiões de matriz africana (pois, 2 dos intérpretes não são praticantes de candomblé ou Umbanda, atuam como tradutor e intérprete de LIBRAS ecumênico⁴). Estes residem nos estados da Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, incorporando assim a pesquisa uma variedade de representações e concepções regionais, sendo um reflexo da formação plural de nosso país.

3.2 Acessibilidade e inclusão nas religiões matriz africana

Quando falamos sobre inclusão, não nos referimos só em incluir o sujeito surdo dentro dos espaços onde são praticas as religiões de matriz africana, mas sim possibilitar que ele vivencie e compreenda todas as manifestações, rituais e

⁴ São TILS que não são praticantes das religiões as quais fazem a tradução, estão nestes espaços religiosos com o intuito de promover a acessibilidade e inclusão.

estabeleça de fato contato com a sua espiritualidade, professando a sua religiosidade da forma que quiser.

Primeiramente os sujeitos foram questionados em relação do que compreendiam como Inclusão e Acessibilidade, e estes responderam que⁵:

(01) TILS 1: “A acessibilidade é a garantia de acesso do sujeito surdo ou com deficiência aos direitos básicos como ir e vir, poder ir em uma loja e ter acesso a ela ser atendido em sua língua de uso, etc”.

(02) TILS 2: “A capacidade de atender às demandas referentes a necessidades individuais de cada ser. Adequando-o a sociedade, de modo que possa viver com maior independência e sem barreiras”.

(03) TILS 3: “Inclusão é, além de reconhecer aqueles que a sociedade costuma classificar como PCD (ou surdo/a) como cidadãos ativos e que podem contribuir para a sociedade, capacitar o profissional deficitário e (re)pensar a relação sociedade-PCD/ surdo(a). Além de reconhecer esses espaços como direito destes/as e dar todas as oportunidades possível para que esse cidadão se desenvolva e tenha o mínimo do sucesso e possibilidades profissionais e sociais”.

(04) TILS 4: “Compreendo que incluir é possibilitar o indivíduo condições de se inteirar, transitar, acessar, interagir, contribuir e etc de acordo com seu interesse e condições, sem impor limites e condicionamento a ele, mas deixando-o decidir por si - no máximo, auxiliando como conseguir autonomia para tais decisões. E inclusão, não se trata apenas de pessoas com deficiência, mas a todas aquelas pessoas que por algum motivo se encontram marginalizadas e sem acesso a vivência social, acadêmica, profissional, política, religiosa, tecnológica e etc”.

(05) SURDO 1: “No caso da religião, é o direito exclusivo de escolha. Nas demais esferas da sociedade é acima de tudo o respeito pelas individualidades, promovendo acesso e permanência de todos em todos os lugares”.

⁵ fica aqui definido o uso de nomes fictícios afim de preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa.

(06) SURDO 2: “Para mim, acessibilidade é proporcionar condições (sem intervenção pessoal, crítica, religiosa, política e etc.) de acordo com a necessidade do indivíduo que precisa ou apresenta condição limitante seja momentânea ou permanente. No caso da Acessibilidade Linguística, penso que o Tradutor Intérprete de Libras e Português – TILSP (pois também atuamos com português!!!) garantir a acesso as pessoas surdas que usam Libras, a todo e qualquer conhecimento, sem intervenções pessoais, pois cabe ao surdo decidir o que é bom para si ou não/ o que ele quer para si ou não. E não ao TILSP, para mim, o contrário disso é CRIME!!!”

(07) SURDO 3: “Acessibilidade é dar espaço e contribuição para aqueles que precisam ocupar seus espaços por direito”.

Podemos observar que tanto os sujeitos surdos como os TILS, compreendem a acessibilidade e a inclusão como a garantia de acesso e permanência aos espaços, não se atendo só a questões físicas, mas linguística, social e moral. Cabe aqui ressaltar que existem diversos surdos que desconhecem qualquer religião, isso deve ao fato de não frequentarem ambientes onde não consiga se comunicar e expressar, alguns enfrentam barreiras maiores do que a falta do profissional TILS, como o caso em que o surdo não domina a língua de sinais e nem a língua portuguesa. Diante disso, Cruz (2018, p. 26) relata que:

Para incluir a pessoa surda no ambiente religioso, não basta apenas disponibilizar um Intérprete de Língua de Sinais e reservar cadeiras na primeira fileira. A pessoa surda deve participar ativamente desses momentos, precisará experimentar e vivenciar as emoções e sensações que o sagrado possa lhe oferecer

Somente o sujeito frequentar o espaço religioso e não compreender o que acontece, mesmo que visualize as práticas não é inclui-lo e sim segrega-lo.

Em seguida foi questionada qual seria a importância e o papel do TILS nos ritos/rituais e quaisquer manifestações religiosas. Diante disso os sujeitos responderam que:

(08) TILS 1: “Que é impossível tornar as religiões de africanas que se baseiam na oralidade sem a presença de um intérprete”.

(09) TILS 4: “O intérprete de Libras é de suma importância, pois não adianta ter acessibilidade e não conseguir não a incluir ao social da congregação”.

(10) TILS 5: “É algo paradoxal. Visto que os cultos e cantigas são em alguns em Yorubá”.

(11) TILS 6: “Promoção da Inclusão nas religiões de Matriz Africana”.

(12) SURDO 1: “Penso que é de extrema importância o acesso linguístico à Comunidade Surda, a todas as filosofias e ideologias religiosas, ao ateísmo e agnosticismo”.

(13) SURDO 3: “Tem uma importância e esclarecer e passar o conhecimento que a Umbanda traz. Desde as canções, até as rezas, receitas de medicações, valores sociais que a umbanda traz e fazer com que o/a surdo/a possa conhecer religiões diferentes daquelas que trazem uma acessibilidade maior, como as cristãs”.

(14) SURDO 4: “Incluir pessoas que desejam conhecer mais e também professar sua fé”.

É recorrente na fala dos entrevistados a percepção primordial do TILS nas ações desenvolvidas nas religiões, pois assim os surdos podem compreender tudo o que ocorre e estabelecer uma conexão com o seu íntimo, a sua espiritualidade. Podemos destacar também aqui a questão da formação do TILS, esta precisa conhecer de fato a religião, não necessariamente ser praticantes, mas conhecer os sinais-termos específicos, para que transmita uma veracidade nas informações.

Pensar a tradução como fidelidade é pensar em equivalência entre línguas de partida e de chegada, onde haverá sempre uma unidade equivalente na língua de chegada pra a escolhida na língua de partida; no entanto, isso não acontece desta forma, já que a tradução se revela cheia de meandros e complexidade. Por sua vez, pensar a tradução como liberdade é acreditar que

a intervenção consiste do tradutor sobre o foco de sua atenção, no decorrer do processo tradutório, produzirá uma tradução mais personalizada (PENA, 2009, p. 1).

Ainda em relação a atuação do TILS, Nord (2016, p.31) salienta que:

O tradutor não é um participante “normal” no processo de comunicação, pois enquanto atua em sua função como tradutor, ele não pertencerá ao grupo dos destinatários para o qual o TF é direcionado pelo emissor em uma situação comunicativa normal.

Quando discutimos sobre a interpretação e tradução, estamos falando sobre o papel da língua enquanto representação, oral, visual, escrita e etc., de um povo. A língua, enquanto linguagem, na qualidade de instrumento, carrega o sentido de funcionalidades múltiplas. Na perspectiva antropológica a língua é um elemento da cultura. No sentido semiótico, a cultura é uma língua. Em relação a isso, Raffestin (1993, p. 97) ressalta que:

As funções da linguagem são múltiplas e diversas: funções de comunicação, de organização do real e de transmissão. Na qualidade de instrumento (admitamos esse termo mesmo que não seja tão satisfatório), a língua pertence à cultura (aqui em seu sentido antropológico) e pode ser definida como ‘o conjunto de toda a informação não hereditária e dos meios para sua organização e sua conservação’. No sentido semiótico geral, a cultura é uma ‘língua’. Uma língua natural pertence à cultura e é um instrumento que preenche funções. Como tal, a língua é um recurso, um trunfo, e por consequência está no centro de relações que são, ipso facto, marcadas pelo poder.

Em relação a especificidade do local em que os sujeitos de pesquisa frequentam, perguntamos “Como você avalia a acessibilidade linguística para os praticantes surdos no templo/terreiro/centro que frequenta?”, os sujeitos responderam que:

(15) TILS 1: “Péssima!”.

(16) TILS 2: “Não existe inclusão”.

(17) TILS 3: “Precária, mas com pesquisas em desenvolvimento”.

(18) TILS 4: “Não temos praticantes surdos nos terreiros da minha cidade Não se aplica”.

(19) TILS 5: “Fraco. Frequento um centro de família, mas estou disposta a interpretar em outros lugares para trazer mais acessibilidade àqueles que buscam uma nova prática espiritual ou espiritualista”.

(20) TILS 6: “No meu centro não temos mais praticantes surdos”.

(21) SURDO 1: “Ainda precisa melhorar”.

(22) SURDO 2: “Apesar de existir intérpretes, o conceito de acessibilidade ainda não foi completamente entendido o que dificulta o processo”.

(23) SURDO 3: “Regular”.

(24) SURDO 4: “cada vez mais precisamos de apoio, TILS com formação específica para melhor nos compreender”.

Mesmo com a presença do profissional TILS, nos espaços é notório que o processo de acessibilidade linguística ainda precisa melhorar, não adianta somente o TILS saber se comunicar com os surdos, faz-se necessário os demais participantes também conhecerem as línguas de sinais, e estabelecer uma comunicação e troca de experiências entre surdos e ouvintes.

Quando o “TILS 4” relata não terem mais praticantes surdos no terreiro que frequenta, cabe aqui um questionamento, o que motivou os surdos não frequentarem o local? Falta de acessibilidade? Não se sentiam acolhidos? Mudaram de terreiro? Mudaram de município?

Quando questionados sobre a intolerância e o preconceito religioso que muitas vezes sofrem os praticantes de religiões de matriz africana, os sujeitos relatam que:

(25) TILS 1: “Várias vezes, porém estamos tão acostumadas com piadinhas sobre religião que passa batida como se fosse normal praticar intolerância religiosa”.

(26) TILS 2: “Sempre. Mas também pela condição de surdo”.

(27) TILS 3: “Já tivemos nosso centro invadido e queimado, infelizmente em nosso país muitas coisas passam impune”.

(28) SURDO 3: “Sim, por não defender mais nenhum ideal religioso, sou mal visto por muitos interpretes que atuam de forma proselitista e doutrinaria”.

(29) SURDO 4: “Sim. Não muito agressivas pois não sou uma pessoa negra, que são perseguidas e agredidas verbal e fisicamente pela sociedade, mas já fui impedida de usar adereços ritualísticos em ambientes de trabalho e fui "doutrinada" em espaços públicos”.

É recorrente quando se trata em religiões afro-brasileiras estar atrelado aos discursos as questões de raça e preconceito, onde a nossa formação brasileira é atrelada ao colonialismo, todo e qualquer manifestação cultural negra é silenciada. Muitos centros/terreiros são destruídos, mães de santo são mortas entre outras situações, tudo isso movido ou a adoração cristã e negação das outras religiões ou preconceito racial.

Quando o “TILS 3” fala sobre o ataque ao centro que frequenta, isso demonstra uma fragilidade na aplicabilidade das leis. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, aponta como crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões, porém como exposto nos dados estas leis não garantem a proteção e preservação dos praticantes de Candomblé e Umbanda.

Foi construído no imaginário popular uma aversão e intolerância perante as religiões de matriz africana, mais especificamente ao Candomblé. A religião tornou-se perceptível no cotidiano, instância de construção e legitimação do sagrado. Impõe-se a harmonia com o orixá que contrariada extrapola o indivíduo e prejudica o grupo no qual ele está inserido. (SIQUEIRA, 2009) e (PRANDI, 1997).

Por fim, os sujeitos deixaram suas aspirações a cerca da real necessidade dos sujeitos surdos nas religiões de forma geral, o que falta, ou que precisa ser melhorado.

(30) TILS 1: “Reitero, é um pouco paradoxal, mas acredito que se é possível incluir, que seja feito de modo que atenda às necessidades desses indivíduos”.

(31) TILS 2: “Atitudinal e comunicacional. Surdos em sua grande maioria foram catequistas por religiões de origem europeia com a demonização das religiões de matriz africana, gerando preconceito e discriminação. Assim há que se desfazer esse preconceito e isso só através da informação”.

(32) TILS 3: “Os praticantes surdos, necessitam de pessoas que mostrem a eles a verdadeira essência das religiões de Matriz Africana, auxiliando-os a compreender toda a gama de tradições Ajudando a quebrar tabus e desconstruir preconceito”.

(33) TILS 4: “Precisam de intérpretes com competência e participação nas nossas religiões”.

(34) TILS 5: “Não sou praticante, mas estudo religiões de matriz africana há 10 anos. Conheço poucos TILSP e ainda uma menor quantidade de surdos frequentadores de religiões de matriz africana, assim, penso que falta... na verdade como em qualquer religião. Um interesse por parte das lideranças em se tornarem fluentes em Libras, bem como demais pessoas das casas. A figura do intérprete nunca configurará acessibilidade total ao surdo, é preciso promover autônima e independência na prática de culto ao surdo... seja ao expressar-se, bem como compreender o que ocorre. Outro fator é o aspecto sonoro... precisa-se trabalhar o conceito vibratório com mais força nos ritos, pois a sonoridade tem total conexão com o mesmo. Assim o surdo precisa ter o contato com essa conexão, uma vez que os ritos são bem visuais, mas também, sonoros! E isso é algo que o TILSP, torna-se limitado de passar em Libras”.

(35) TILS 6: “A começar pelas línguas faladas em religiões de Matriz, como candomblé (Yorubá) até traduções de cânticos de Umbanda (Português). Desde a tradução de conteúdos doutrinários até acessibilidade em consultas públicas no terreiro”.

(36) SURDO 1: “É necessário começar, mas a necessidade é muita, muitos/as de nós, surdos/as buscamos casas de umbanda, espíritas, candomblecistas para terem um novo esclarecimento da espiritualidade e não encontramos quem possa nos ajudar a entender essa nova prática. Falta muito”.

(37) SURDO 2: “Acho que é preciso haver engajamento de pessoas interessadas em trabalhar”.

(38) SURDO 3: “Eu sou contra ir atrás das pessoas para convertê-las e criar um sistema para formação de grupos. Já fui evangélica e essa prática me é muito desagradável”.

(39) SURDO 4: “É fundamental pra possibilitar a participação de nós surdos, uma vez que somos uma religião que se fundamenta na oralidade”.

É preciso uma reorganização dos espaços e formação adequada aos profissionais TILS e cursos aos demais praticantes para conhecerem de fato a língua dos surdos (LIBRAS), temos ainda muitas barreiras e empecilhos a serem desconstruídos, o primeiro passo é a abertura dos terreiros e centros de Candomblé, Umbanda entre outras religiões para os adeptos surdos.

4 CONCLUSÃO

Podemos compreender que precisamos cada vez mais de pesquisas voltadas para as religiões de matriz africana com a finalidade de desmistificar o imaginário colonial presente em nosso país. É importante de fato compreender profundamente o que são essas religiões e quem são seus praticantes e reconhecê-los como parte integrante de nossa história e cultura como um todo, não significa que todos precisam praticar as religiões de matriz africana, mas respeitá-las e aceitá-las.

A inclusão e acessibilidade se faz necessária em todos os espaços, desde escolas, postos de saúde, lojas, câmaras de vereadores entre outros, a inclusão não

deve ocorrer somente nas casas dos sujeitos surdos⁶ onde algum membro da família se comunica com eles, mas sim se sentir acolhido e feliz em todos os lugares, tendo seu direito preservado.

Podemos observar que a realidade é muito similar em nos mais diversos lugares que residem os participantes da pesquisa, isso demonstra que o Brasil em si ainda resiste em reconhecer a LIBRAS, a identidade e cultura surda como um bem cultural. Em contraponto observamos um crescente engajamento do âmbito acadêmico em desenvolver pesquisas que venham a trazer melhorias a comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ASSIS SILVA, César Augusto. **Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos** (Tese). São Paulo: USP, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e religião. Presidência da República - Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 5 de janeiro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BELÉM/PA. Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018.

CASTRO, Y. P. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras – Topbooks, 2001.

CRUZ, Bruno Gerris Dos Santos. **Tradução Comentada para Libras de “Etnografia de um Terreiro de Mina em São Luís do Maranhão**. Diversidade Afrorreligiosa no Maranhão: matriz afro- O tambor de mina” de Gerson Lindoso. Universidade Federal De Santa Catarina Curso De Graduação Em Letras Libras – Bacharelado, São Luís/MA, 2018.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In:(orgs.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DURKHEIM, Émille. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

⁶ Muitas vezes nem nas casas ocorrem a inclusão, algumas crianças ou adultos surdos só se comunicam em sua língua materna (língua de sinal) quando estão na escola, trabalho e etc., pois nasceu em uma família ouvinte que nunca aprendeu a sua língua.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **RELIGIÃO E SOCIEDADE:** religiões de matriz africana no Brasil, um caso de polícia. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua e da realidade surda. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

GÓES, A. M.; CAMPOS, M. L. I. L. **Aspectos da gramática da LIBRAS.** In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L.F. (Orgs.) *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.* São Carlos: EDUFSCar, 2014.

GÓIS, Aurino José. **As religiões de matrizes africanas:** o Candomblé, seu espaço e sistema religioso. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 321-352, jan./mar. 2013.

JUNIOR, Sergio Mauricio de Oliveira; VIEIRA, Silvio Santiado; RIBEIRO, Jakson dos Santos. **IDENTIDADE RELIGIOSA DO MÉDIUM SURDO NO TERREIRO DE MINA – JEJE NAGÔ HUEVY EM BELÉM – PARÁ.** *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 100 – 119, Jan./Jun. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MINAYO, M. C. S, org. **Pesquisa Social.** Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

PERLIN, Gladis. **O lugar da cultura surda.** In: LOPES, Maura Corcini; THOMA, Adriana da Silva (Org.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PRANDI, Reginaldo. **Referências Sociais Das Religiões Afro-Brasileiras:** Sincretismo, Branqueamento, Africanização. Universidade de São Paulo – Brasil. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES CAMPOS, Ronaldo Manassés. **Ecossistemas do Silêncio:** culturas e trajetórias de surdos em Macapá. Fortaleza: UFC/PPGSOL, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SILVA, Wermerson Meira. **Léxico trilíngue da cultura da nação Ketu/Nagô no Brasil**: um olhar na educação básica do município de Itapetinga-Ba / Wermerson Meira Silva. Jacobina - BA. Universidade do Estado da Bahia, 2019.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **Multiculturalismo e Religiões Afrobrasileiras: O Exemplo do Candomblé** [Universidade de São Paulo / Universidade Federal da Paraíba. Revista de Estudos da Religião março, 2009.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4ª Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016, p. 29.

VIEIRA, Silvio Santiago. **Panorama religioso-cultural para surdos em DIAS**, Diego Jonatan Carvalho; SANTIAGO-VIEIRA, Silvio. **Corpo Surdo Também recebe Orixá**: um estudo de caso. In: Revista Alpha, v. 18, p. 27-40, ago/set. 2017.

Recebido em: 31 de julho de 2022.

Aprovado em: 21 de novembro de 2022.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/6445/7334>

ⁱ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialista em Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais par Crianças, pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente é docente da rede municipal de ensino de Sinop/MT.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3421075687519107>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1614-4407>

E-mail: flavio.p.souza@ufms.br